

## TRADIÇÃO E POLÍTICA NA PARAÍBA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: ANTÔNIO PESSOA E A POLÍTICA LOCAL EM UMBUZEIRO E REGIÃO (1890-1905)

Iordan Queiroz Gomes<sup>1</sup>

O presente artigo pretende analisar o sistema político da Paraíba na Primeira República, especialmente, fazendo-nos pensar, a priori, sobre a importância do município dentro desse sistema e, mais, sobre o papel desempenhado pelo coronelismo na configuração da prática política do período. Ao nosso ver, tratam-se de questões que nos abrem chaves de leituras para entender a criação, legitimação da tradição familiar “Pessoa” e das estratégias de manutenção do poder político da família entre 1900 e 1930, abrindo caminhos para pensar o uso dos mecanismos simbólicos para promoção e solidificação do poder político na Paraíba da Era das Oligarquias. Seguindo este caminho, abrimos uma “primeira passagem” para se entender o papel do coronel, em nosso caso, do coronel Antônio da Silva Pessoa, na criação, defesa e legitimação do “prestígio” político e da tradição familiar “Pessoa” na região, preocupação maior no texto que se esboça. A propósito deste aspecto, uma “nota” pode se revelar esclarecedora. Ocorre que diante do (re)conhecimento dos personagens que figuraram na base de apoio político a Eptácio Pessoa na Paraíba, resta-nos poucas referências historiográficas que identificam o papel de Antônio da Silva Pessoa e por extensão da ascendência familiar Silva Pessoa de Umbuzeiro dentro da hierarquia política, do escalão de lideranças da oligarquia epitacista, notadamente na “rede de base familiar” e no “grupo de base familiar”. Essa constatação, quando se verifica a importância dos líderes locais, especialmente os familiares diretos na composição das oligarquias regionais, coloca-nos diante da tarefa de seguir seus passos na tentativa de reconhecer tais lugares, com o propósito de pensar como, a partir do local, se criou uma tradição familiar cuja defesa e estratégias de manutenção colaborou para projeção política de seus líderes. Colocado noutros termos, a tarefa consiste em desvelar uma ordem de problemas que ainda não foram suficientemente trabalhados pela historiografia especializada sobre o tema. Assim, de um lado tentar entender as razões da ação política de determinados membros do grupo chefiado por Eptácio Pessoa, bem como desvelar os interesses que residem sob a retórica que fundamentou a prática política desses líderes (familiares) em Umbuzeiro. De outro, pretende ainda analisar as filiações sociais, políticas e econômicas, que permite-nos identificar o *status* assumido e transmitido por um quadro geracional no curso do tempo, de modo a traduzi-lo na forma de um prestígio, oriundo de uma tradição familiar que deveria ser mantida e preservada.

**Palavras-Chave:** Coronelismo. Tradição. Cultura Política.

### A FAMÍLIA: JOSÉ, ANTÔNIO E EPITÁCIO...

Antônio da Silva Pessoa foi o quarto filho de José da Silva Pessoa e de sua segunda mulher, Henriqueta Lucena Barbosa Pessoa. Antônio nasceu na Vila de Umbuzeiro em 17 de Março de 1863, mais precisamente na fazenda Marcos de Castro, situada no sítio Barros nas proximidades de Umbuzeiro. Esta foi a mesma residência em que, cerca de dois anos mais tarde, nasceria seu irmão Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa, quinto e último filho do casal. Antônio, batizado aos dois anos de idade em “oratório privado” no sítio Barros, recebeu o

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) na linha de Pesquisa Sociedade, relações de poder e região. Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú e Universidade Aberta Vida (UVA/UNAVIDA) e professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: [iordangomes@yahoo.com.br](mailto:iordangomes@yahoo.com.br).

nome do seu avô paterno, o Sr. Antônio da Silva Pessoa, patriarca da família Pessoa e proprietário “do Engenho Cotunguba em Nazaré, estado de Pernambuco”<sup>2</sup>.

José da Silva Pessoa, nascido em 1837, era Senhor de Engenho em Pernambuco onde cuidava dos negócios da família com seu pai. José casou-se pela primeira vez “aos 16 anos de idade” com uma “filha de Henrique Pereira de Lucena, Ubaldina” – falecida um ano após o casamento – com quem teve uma filha chamada Prudência que faleceu em 1857. Pouco depois do falecimento de Ubaldina, José Pessoa casou-se em segundas núpcias com uma irmã de sua primeira esposa, “Henriqueta, que lhe deu cinco filhos: Maria em 1857; Mirandolina em 1859; José em 1861; Antônio em 63 e Eptácio em 65”, fortalecendo de vez a composição do ramo familiar Pessoa de Lucena.

Não há dúvidas que o casamento de José com a irmã de Ubaldina representa os esforços de “consolidar”, através da criação de uma verdadeira “associação de famílias”<sup>3</sup>, a união das duas proeminentes famílias Pereira de Lucena e os Silva Pessoa, proprietárias de terras em Pernambuco e na Paraíba<sup>4</sup>. Além deste, a associação política junto às fileiras do Partido Liberal no interior de Pernambuco e na fronteira com a Paraíba, fora outro mecanismo que colaborou para união das duas famílias<sup>5</sup>.

Ambas famílias chefiadas por autênticos patriarcas, comporiam, nas “memórias” de Eptácio, “uma raça de proprietários rurais com tendências políticas”. Uma “raça viril, a um tempo conservador e progressista, amante da continuidade e destemerosa do risco”. Chefes que “cultivavam suas terras, regiam o seu “povo” – como se chamavam então a família e os servos dêsse patriarcas – e serviam a causa pública, com a mesma capacidade de dedicação e o mesmo pulso de ferro. Gente rija e destemida, arrebatada e terna”<sup>6</sup>.

José e Henriqueta casaram-se por volta de 1856, passaram um tempo morando na casa de Henrique – pai de Henriqueta – em Pernambuco, antes de virem pra Paraíba por volta de 1861. A vinda de José para Umbuzeiro foi motivada pela morte do sogro, tendo por objetivo assumir a posse da fazenda Marcos de Castro, herdada como dote de casamento com Henriqueta. Há quem especule que José já tinha posse na fazenda por ser ele o único herdeiro de Prudência, sua filha, fruto do casamento com Ubaldina<sup>7</sup>.

A fazenda Marcos de Castro ficava, na época, situada no município de Ingá – a quem Umbuzeiro pertenceu até 1890 – nas proximidades do atual município de Natuba. Era uma propriedade situada numa região que conservava um clima ameno, encravada no pé do “Planalto da Borborema” em meio a uma região montanhosa. Tratava-se de um local de terras férteis, propícia à agricultura e a pecuária, atividades que logo foram implementadas por José quando fixou moradia na região.

A propósito, à época em que José chegou na Paraíba o município de Ingá apresentava inclinação “industrial”, leia-se, produção agrícola do açúcar, azeite de mamona, aguardentes e farináceas, tendo na criação de gado a sua principal atividade<sup>8</sup>. Daí, certamente resultou a

<sup>2</sup> Os dados biográficos de Antônio Pessoa foram extraídos das memórias de Eptácio Pessoa (1865-1942) Tomo I, p. 24/25. Os dados de batismo de Antônio Pessoa consta em seus "Documentos Particular (DP)", disponíveis no IHGP com Datas Limites: 1867-1915. AP: DP – A5G4P1/4. GABAGLIA, Laurita Raja. **Eptácio Pessoa (1865-1942)**. Vol I. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1951.

<sup>3</sup> Cf. BALMORE, Diana; WORTMAN, Miles e VOSS, Stuart F. (1990, p. 9). Apud. MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e boa linhagem: família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. (p. 14).

<sup>4</sup> Ver considerações de Lewin sobre a leitura de Charles Wagley quando pensou a organização da família patriarcal no Brasil. (1992, p. 8). LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.

<sup>5</sup> Conferir Gabaglia (1951, p. 23-24).

<sup>6</sup> Gabaglia (1951, p. 24).

<sup>7</sup> Cf. Lewin (1992, p 145).

<sup>8</sup> Conferir Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, Araújo de Lima enviado à Câmara em 1862. In. LEAL, José. **Itinerário histórico da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: A União Editora, 1954 (p. 180).

aproximação de José com o potencial econômico da região: o trato com a terra, com a agricultura e a pecuária, colaborou para composição de sua “memória”, primeiramente associada à imagem do exímio proprietário de terras que levava uma “vida simples, rude e por vezes arriscada”<sup>9</sup>.

De fato, foi como proprietário de terras que por volta de 1868 José construiu a Casa Grande, ou “Casa Amarelinha” em Umbuzeiro. Tratava-se de uma residência localizada na sede da futura cidade de Umbuzeiro, de clima mais frio, posto está situada numa das partes mais altas do Planalto da Borborema, há cerca de 550 metros acima do nível do mar. Ali passava com a família o verão, recolhendo-se à fazenda Marcos de Castro no inverno. É de se supor que nessa época, José já desfrutava de uma posição de reconhecimento como sendo um “respeitado” proprietário de terras e comerciante de gado, que em pouco tempo instalado na localidade havia aumentado seu patrimônio material, expandindo seus domínios territoriais à parte alta do planalto.

Não demorou para que José se apresentasse como um homem de “relações e grande influência política”<sup>10</sup> na região e entre os moradores locais. Essa influência política, em parte, devia-se ao fato de que cerca de um ano antes da construção da Casa Amarelinha, em 25 de outubro de 1867, José recebera o título de Tenente “Coronel Comandante do Batalhão de Infantaria da Província da Paraíba” expedido pela corte, em papel timbrado assinado pelo imperador<sup>11</sup>.

Certamente este título realçou o prestígio que já recaía sobre imagem do jovem proprietário na região, posto que nessa época “a nomeação” de Coronel (legalmente sagrado advinda da Guarda Nacional), recaía “sobre pessoa socialmente qualificada, em regra, detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade”<sup>12</sup>. Essa riqueza era, em partes, medida pela posse da terra e por seu aproveitamento, ou seja, pela produção que dela se extraía. Portanto, com o título, José recebe do poder imperial um lugar de liderança efetiva diante da estrutura política e social de sua comunidade. Uma “posição de autoridade” que extrapolava o âmbito privado sendo extensivo à esfera pública. Sob sua responsabilidade passaria a repousar decisões sobre o papel de polícia e justiça no âmbito local<sup>13</sup>.

Além da posição efetiva, há de se considerar o simbolismo a que o título estava atrelado. Este pode ser mensurado quando se verifica certa imagem de José que ficou registrada em um dos poucos “retratos” guardados pela família por décadas numa das paredes da Casa Grande em Umbuzeiro. Nele, destacava-se o varão “arvorado no uniforme da Guarda Nacional” na configuração da imagem de um “homem de traços regulares e feição serena, mas respirando força”<sup>14</sup>. Visto por este ângulo, tratava-se de um verdadeiro líder que concentrava o poder de “mando” como chefe de família, militar e político.

---

<sup>9</sup> Gabaglia (1951, p. 25).

<sup>10</sup> Gabaglia (1951, p.25)

<sup>11</sup> Conferir patente do Coronel José da Silva Pessoa, disponível nos "Documentos Particular (DP)" de Antônio Pessoa, IHGP. AP: DP – A5G4P1/4

<sup>12</sup> A leitura de Faoro (1979, p. 662) aponta para a identificação do fenômeno do Coronelismo apoiado na estrutura de poder montado pelo império, no alinhamento das fileiras da Guarda Nacional. Embora, para este autor, sua coloração estadualista, enquanto em sintonia com o jogo de compromissos, só se daria efetivamente na República.

<sup>13</sup> Cavalcanti (1984) empresta-nos importantes argumentos para pensarmos a relação entre o patriarcado e o estado brasileiro, especialmente sobre como o fenômeno do coronelismo, bem como do próprio estado patrimonial, está ligado à composição da Guarda Nacional. Há de se destacar a origem institucional do fenômeno, metamorfoseado, entre o império e a república, onde a Guarda teria promovido uma espécie de “elo” entre o poder local com reflexos na esfera regional e nacional. O coronelismo, enquanto fenômeno, contudo, sobrevive à morte da Guarda Nacional, na medida em que irão aparecer os coronéis aclamados pela tradição e que cujo envolvimento no jogo político apresenta-se de forma irrestrita.

<sup>14</sup> Ver descrição em Gabaglia (1951, p. 24).

A esta imagem, somada ao filtro das memórias de Epitácio, José aparece portando um “tipo social sertanejo”, um homem que “cedo começou a sua vida responsável, cultivando a terra e pastoreando no engenho natal de Cotunguba”. Sendo ele “inteligente, ativo, intrépido e irrequieto, temível em suas cóleras, generoso com seus escravos”, um “chefe de família extremíssimo” que acumulou, ao longo de sua vida, as funções de “agricultor, criador, homem de negócios, médico e mestre”, além de legítimo “defensor do clã” e da região “contra ameaça de possíveis bandidos<sup>15</sup>”.

Tal representação condensa na *persona* de José os traços reais e imaginários com os quais certa literatura especializada tratou a composição da imagem do Coronel. Nessa literatura, costuma-se considerar os elementos “reais” sobre os quais se assenta a imagem do “coronel”, personagem chave dentro da estrutura de poder que daria origem ao fenômeno do coronelismo<sup>16</sup>. Dentre eles, a referência da patente expedida pela corte lhe renderia uma condição *de jure*, outorgando-lhe funções jurídicas para atuar na composição da estrutura do poder local. Somado a isso, o simbolismo que se avolumava em torno do prestígio, da tradição e da honra aparecem como elementos chave à composição da imagem do coronel e do poderio que exercia no âmbito local. Esses elementos, no curso da República, criariam o “coronel” de “fato”, aclamado pela tradição.

Por outro lado, apesar de guardar do título de coronel e da representação do tipo sertanejo registrada nas memórias de Epitácio, nestas sobressaem-se à imagem do José Pessoa como sendo “um Liberal extremado” ainda em sua juventude, atuante na política da região de Nazaré no interior da Província de Pernambuco quando tinha entre 15 e 16 anos de idade. Por esse tempo, início da década de 1850, contavam que José “andava então metido em lutas eleitorais renhidas e perigosas”.

O José evocado pela memória é aquele que atravessa o tempo conservador em direção ao progresso, de forte inclinação política verificada desde a juventude, sendo afeito ao risco e a audácia. É bem verdade que, quando extraídas das memórias de Epitácio, os fragmentos podem denotar os esforços para se enquadrar “uma memória” que envolve a identidade de um grupo familiar<sup>17</sup>. Nessa descrição memorável, o “elo” da tradição geracional liga o chefe patriarca de Umbuzeiro à sua descendência pernambucana. Uma verdadeira “memória enquadrada” se esboça no relato biográfico por nós utilizada<sup>18</sup>.

A chave da “memória enquadrada” permite-nos pensar sobre como nos anos que seguiram a saída de cena de Epitácio e de seu grupo da política, a partir da década de 1930, houve uma tentativa de manter sua “tradição familiar” como depositária de uma memória marcada pela “força” política exercida nas esferas nacional, regional e local. Com isso, os elementos da tradição, tais como valores, ideais, posturas e normas de comportamentos, quando evocadas no tempo, condicionavam e legitimavam a ação política desses membros como apoiada em fortes bases liberais e republicanas.

Logo, a filiação do patriarca José Pessoa às fileiras do Partido Liberal, sendo acrescido sua imagem heroica e audaciosa torna-se indiciária à forma como “o grupo de base familiar” e

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Sobre a composição da imagem do Coronel pela literatura regionalista e sua relação com a formulação do conceito de coronelismo, ver a leitura de Fortunato (2008, p. 168-170).

<sup>17</sup> A despeito da proximidade entre os Silva Pessoa de Umbuzeiro e Epitácio Pessoa, cabe notar que Laurita, ao escrever o livro, contou com a ajuda de seu primo, Antônio da Silva Pessoa Filho, a quem dedica a obra, agradecendo as colaborações e reconhecendo que o familiar de Umbuzeiro “conhece como poucos a vida de Epitácio Pessoa”. De fato, a documentação pessoal de Epitácio revela quão próximos eram tio e sobrinho. Ao longo da vida de Epitácio, Antônio Pessoa Filho tornou-se seu ajudante pessoal, auxiliando e estabelecendo conexão entre o tio e a política na Paraíba. Pessoa Filho, como era chamado, foi ainda responsável pela revisão e publicação de outras obras que trataram da vida de Epitácio na década de 1950 e 1960.

<sup>18</sup> Conferir POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos. Memória 3**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989. (p. 7)

o próprio Epitácio, em vários momentos de sua ação política a partir de 1890 tomou como referente esse passado memorável. Uma “tradição inventada<sup>19</sup>”, na qual a referência ao passado familiar, apoiada nas ações de seus membros junto a um contexto de agitações e contestações à ordem vigente, legitima as decisões e práticas políticas presentes.

Por falar em geração...

Dos cinco filhos que teve com Henriqueta, sabe-se que José estabelecia uma forte aproximação com o caçula – Epitácio – com quem fez várias viagens pelo interior ainda quando este era criança. Antônio, por sua vez, teve sua infância muito ligada a de Epitácio. Cerca de dois anos mais velho, muito do que sabemos de seus anos iniciais é filtrado pelas memórias do irmão caçula onde o pequeno “Toinho” (Antônio) aparece como sendo o irmão inseparável, “o companheiro de folguedos”. Tais registros apontam Antônio como um menino de saúde frágil desde a infância, além de ser “mais concentrado e aparentemente mais tímido do que Epitácio”. Apesar disso, Antônio era o seu irmão “preferido entre todos”, dada a distância que ambos tinham de suas irmãs adolescentes e do irmão mais velho José que, na época em que nascera Epitácio, já cursava o colegiado.

Por volta de 1873, contudo, um episódio trágico marcou a vida da família: a morte prematura dos pais, José e Henriqueta, ambos com 36 anos de idade vítimas de Varíola, deixando os cinco filhos sob a responsabilidade de seus familiares no Recife. A princípio, os filhos do casal ficaram sob os cuidados dos familiares paternos, antes de se dispersarem, ocupando, cada um, lugares específicos dentro da estrutura social daquele contexto.

As filhas, logo casaram-se sob os “arranjos” de Alexandrina Cavalcanti – a Tia “Marocas” – com quem Epitácio passaria a morar nos anos ginasiais em Recife<sup>20</sup>. José, o irmão mais velho, ficou sob os cuidados do tio materno, Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena) então presidente da província de Pernambuco. Do Recife foi logo enviado à Corte para fazer carreira militar. Antônio e Epitácio também ficaram sob os cuidados de Henrique de Lucena no Recife. Para Epitácio, revelam os registros, o tio materno consegue uma bolsa de interno no prestigiado Ginásio Pernambucano onde terminaria os estudos da primeira fase e sairia para ingressar na Faculdade de Direito do Recife em 1882.

Já Antônio, de saúde delicada – fator apontado como impedimento para que pudesse seguir os estudos no Recife – demora-se um tempo na casa do tutor e retorna para o interior da Paraíba sob a incumbência de tocar os negócios da família por volta de 1874. Desses anos iniciais da volta de Antônio às terras da família na Paraíba pouco ou quase nada se sabe. Contudo, embora não se tenha evidências concretas, é provável que seu retorno tenha sido acompanhado de perto por sua irmã Maria que passou residir em Umbuzeiro após casar-se, antes de passar a residir na cidade de Parahyba, Capital paraibana. Em todo caso, tinha Antônio entre 11 e 12 anos de idade quando retorna à Umbuzeiro para ocupar o lugar do pai no trato com a terra e as criações da família na propriedade do sítio Barros.

Além da herança material, esse retorno revestiu Antônio de um “simbolismo ritual”, propenso a qualificá-lo como herdeiro direto da tradição familiar criada pelo patriarca da

<sup>19</sup> A noção é extraída de Hobsbawn. Ver. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (p. 9).

<sup>20</sup> Alexandrina Cavalcante – a tia Marocas – era casada com um irmão de José Pessoa, Joaquim da Silva Pessoa. Consta nas memórias de Epitácio uma íntima aproximação com sua tia Marocas, notadamente nas recordações do tempo em que passou a morar com ela. Maria, a filha mais velha, casou-se com Cândido Cavalcanti Albuquerque, um funcionário público originário da região do Brejo Paraibano. Mirandolina fez matrimônio com o proprietário Rural e conferente da Alfândega em Pernambuco, José Queirós, filho de um fazendeiro proprietário de terras vizinho à Umbuzeiro, na fronteira entre os dois estados. As duas irmãs formariam o primeiro ramo colateral da família Pessoa, dando origem aos dois primeiros conjuntos de sobrinhos de Epitácio, os Pessoa Cavalcante e os Pessoa de Queiroz que se instalaram, respectivamente, na Paraíba e em Pernambuco, apesar dos “Pessoa de Queiroz” – José e Mirandolina – possuírem propriedade na fronteira com Umbuzeiro. Cf. Lewin, (1993, p. 147)

família, José Pessoa. Muitos elementos da imagem que se criou de José ao longo das décadas de 1860 e início de 1870, fora transferido para Antônio na ocasião de seu retorno à Umbuzeiro como o filho homem destinado a tocar o patrimônio familiar. O primeiro desses elementos está na “posse” da fazenda Marcos de Castro no sítio Barros, sede da propriedade originária onde a família fora instalada em meados da década de 1850. A propriedade conservava todo aspecto simbólico que envolveu a criação do prestígio de José na região.

Em sua trajetória pessoal, apesar de tempos depois adquirir a fazenda de Umbuzeiro comprando as partes dos irmãos, Antônio preservaria estadas na fazenda do sítio Barros até 1916. Assim, sua investida no universo do trabalho no interior da propriedade revestiu sua *persona pública* da qualidade de líder local. Prova disso está na imagem que dele se criou como sendo o irmão que “cedo começou a trabalhar” para aumentar seu capital material e prestígio na região<sup>21</sup>. De fato, nos anos que se seguiram à sua reinstalação em Umbuzeiro, os indícios apontam que Antônio plantou, colheu e comercializou cana-de-açúcar e algodão, criou gado e administrou o patrimônio da família na medida em que ia criando seu próprio patrimônio.

### **O HERDEIRO”: O PROPRIETÁRIO E O FUNCIONÁRIO PÚBLICO...**

O reencontro com os registros da vida de Antônio em Umbuzeiro situam-nos nos anos iniciais da década de 1880. Nessa época, além de cuidar dos negócios da família, Antônio ocupou a função de Escrivão da Coletoria de Rendas Gerais do município Itabaiana, assumindo em 1882. Trata-se de seu primeiro emprego público o qual passaria a dividir com as funções de proprietário de terras. Extinta a Coletoria em 1883, passou a ocupar a mesmo cargo na Coletoria de Ingá. Dessa experiência resultaria os primeiros contatos com um órgão público ligado a recebedoria de rendas provincial, atividade que muito provavelmente lhe rendeu certa habilidade com os “números” facilitando o controle e administração de seus negócios com a terra na década seguinte.

Além disso, a ocupação deste cargo nos leva a crer que Antônio chegou a continuar seus estudos primários em Umbuzeiro fazendo com que desenvolvesse a atividade pública com potencial acuidade a partir de 1880. A propósito de sua formação, os documentos não deixam claro o grau de instrução que adquiriu ao longo de sua vida. Contudo, Apolônio Nobrega, fez-nos notar que, após servir “durante dois anos Estrada de Ferro Recife a São Francisco, onde esteve até 30 de Junho de 1889”, ao retornar para sua “terra natal, é designado para trabalhar como fiscal das Obras Públicas e, em seguida, professor público de Umbuzeiro<sup>22</sup>”. Uma referência que endossa a hipótese de Antônio ter concluído ensino necessário que lhe habilitasse ao exercício da função em Umbuzeiro.

Durante esse período, em Umbuzeiro, Antônio passou a administrar os bens dos irmãos residentes no Rio de Janeiro. Especialmente no caso do irmão caçula, passou a atuar como uma espécie de confidente a quem Epitácio recorria para tratar de assuntos variados, dentre eles, financeiros. Do mesmo modo, Antônio recorria a Epitácio para tratar de assuntos diversos, dentre eles relacionados aos bens patrimoniais da família, relações comerciais e, sobretudo, os relacionados às posições assumidas na carreira pública. Antônio, recorreria, por várias vezes ao irmão para atuar frente a obtenção de cargos públicos<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Gabaglia (1951, p. 27)

<sup>22</sup> Ver NÓBREGA, Apolônio. **História Republicana na Paraíba**. João Pessoa: Departamento de Publicidade e Imprensa Oficial, 1950, (p. 133).

<sup>23</sup> Cf. LONSO, Ângela; **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (p. 123). Neste caso, diante da estrutura patrimonialista do Brasil entre o império e a república, das privações de acesso à carreira, Antônio se valeria da influencia de seus parentes para ocupar lugar na carreira pública. Essa era a “válvula individual de ascensão”, que apoiava-se na “lógica estamental de apadrinhamento e patronagem”, que a estrutura de poder montada na República não conseguiu eliminar no todo.

Dessa época, sua documentação pessoal (D.P), mais especificamente uma série de cadernos e diários de anotações, revelam-nos preciosos indícios de como administrava seus bens estando em Umbuzeiro, ou em sua ausência enquanto fazia estada no Recife na condição de funcionário público. Permite-nos ainda conhecer suas atividades econômicas, além de sua rede de amigos/proprietários/comerciantes com os quais mantinha constantes relações comerciais criando vínculos de sociabilidades entre as décadas de 1890 e 1900, bem como as posições que ocupavam dentro da estrutura social e econômica de seu tempo.

Das atividades econômicas, por exemplo, sabemos que nessa época Antônio organizou e manteve o que chamava de “negócios de gado em Umbuzeiro”. Os registros, ao nosso ver, reforçam o argumento de que ao retornar à Umbuzeiro, Antônio Pessoa herdou as funções matérias do pai. Isso porque, as evidências da compra e venda de gado pela família remetem à 1870, quando José Pessoa exercia fortemente essa atividade na região. Logo, os mecanismos de compra, o (re)conhecimento da atividade, a preparação da propriedade, e mesmo a solidariedade que unia outros proprietários contemporâneos do patriarca foram prontamente “herdados” por Antônio como requisitos necessários à manutenção e aumento do patrimônio familiar e pessoal. Sem falar que a herança que se pretende mostrar, neste caso, apoiava-se na tradição que inscreveu José Pessoa como um exímio proprietário de terras e criador de gado na região.

Assim, em um desses registros, por exemplo, lê-se uma descrição da compra de gado entre fevereiro e agosto de 1898, sendo indiciária de como o empreendimento funcionava. Os registros apontam que nessa época, custando unitariamente entre 80\$000 e 55\$000 mil réis, o número de reses adquiridas por Antônio foi de 308 cabeças, somando um investimento total de 22:595\$000 contos de réis aplicado diretamente na compra dos semoventes. Uma verdadeira “fortuna” cujo empreendimento nos traduz, primeiramente, onde era investido parte do saldo material da família nesse período. Para se ter uma ideia da quantia investida por Antônio na compra do gado descrito acima, cerca de 20:000\$000 contos de réis era 1/3 (um terço) do valor que nessa época se poderia comprar uma propriedade (Engenho) de porte médio em pleno funcionamento na região, ou de “porteira fechada” como se dizia, ou seja, “com tudo quanto tivesse ali – gado, as benfeitorias, resto do mel, etc<sup>24</sup>”.

Cabe notar que, do total investido em negociações como esta, parte do saldo envolvido advinha de Epitácio – à época Ministro da Justiça de Campos Sales – fato que reforça as evidências que tratam da aproximação entre os dois irmãos no que tange aos investimentos e zelo com o aumento do patrimônio da família em Umbuzeiro. Neste caso, os mesmos registros apontam que “o dinheiro de Epitácio”, como escrevia Antônio, era logo devolvido assim que se somava o apurado com a venda do gado. Além deste, a parte do saldo investido que provinha de sua caderneta de poupança mantida na “Caixa Econômica” em Recife era prontamente repostada quando da apuração com à venda do gado<sup>25</sup>.

Sobre o funcionamento da atividade, os registros informam que o gado era geralmente comprado para soltura, engorda e venda deixando considerável margem de lucros para o proprietário. Basta lembrar que em 1899, no balanço que fizera dos negócios de gado em Umbuzeiro, Antônio registrou a venda de 106 reses entre Abril e Junho daquele ano o que lhe rendeu uma receita bruta de 16:511\$000 contos de réis. A soma “apurada” revela que a rese adquirida por 80\$000 mil réis em média, era vendido por 150\$000 (média) mil réis após a

<sup>24</sup> Em suas memórias, O ex-senador Pedro da Cunha Pedrosa registra que em 1898 vendeu seu engenho em Canafístula, no município de Timbaúba-PE – nas proximidades de Umbuzeiro – com tudo que tinha nele pelo valor de 60:000\$000 contos de réis a um vizinho, o proprietário Manuel d’Aréia. A despeito da propriedade, Pedrosa relembra que, embora plantasse cana de açúcar em suas terras – a terra era um tanto seca – intercalava suas atividades com o plantio do algodão e a criação de gado solto venda. Cf. PEDROSA, Pedro da Cunha. **Minha Próprias Memórias**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1963 (p. 69).

<sup>25</sup> Ver registros nos “cadernos de nota” dos negócios de gado em Umbuzeiro. Localização: AP: DP – A5G4P1/4. Ver itens sob o título de negócios com Epitácio.

engorda, o que certamente lhe rendia uma margem de lucros na casa dos 80% sobre o valor investido em cada cabeça de gado após retirar suas despesas. Esses dados se confirmam em várias de suas anotações, onde o boi era vendido em média por 150\$000 ou 140\$000 mil réis, como nos registros do apurado do “gado de 1899 e 1900”<sup>26</sup>.

Contudo, não é difícil de imaginar que estes valores variavam de acordo com as flutuações do mercado e/ou mesmo com as variantes do clima. Isso porque, no processo de engorda, se dependia das chuvas para manutenção do pasto e dos reservatórios de água, elementos indispensáveis ao sucesso do empreendimento. Além disso, outras “despesas” que incluíam o trato com o gado, o transporte e mesmo as comissões com a venda acabavam interferindo no lucro final.<sup>27</sup>

No caso de Antônio, os gastos com o transporte revelam-nos outros detalhes dos negócios de gado, mais precisamente sobre como e onde eles eram realizados. Ocorre que na época Umbuzeiro fazia parte de uma região de forte tradição no comércio com o gado na Paraíba, estando localizada próxima às cidades de Campina Grande e de Itabaiana, onde concentravam-se as duas principais feiras de gado. As feiras em questão abrangiam o comércio de toda Borborema, além do que ocorria no trânsito entre o sertão, o litoral e a praça de Recife, principal ponto de venda para onde o gado era levado e abatido<sup>28</sup>. A feira de Itabaiana fora oficialmente criada em 1864 por meio da lei provincial nº 140 desse mesmo ano. No seu auge, entre as décadas de 1870 e 1900, a feira atraiu “aos seus currais milhares de reses, havendo delas mais de duas mil cabeças de gado, lotando o circo e os currais<sup>29</sup>”. A leitura dos registros de Antônio Pessoa indicam que a feira de Itabaiana era o principal ponto de compra e venda de gado, embora haja registros de seus negócios sendo realizados em Campina Grande e na praça de Recife.

Era, igualmente de Itabaiana um dos principais fazendeiros com quem Antônio comercializava o gado: o “Dr. Odilon Maroja”. Com esse proprietário, Antônio chegou a negociar mais de 190 reses em 1898, sendo naquele ano seu maior fornecedor de gado em Itabaiana. O “doutor Odilon”, como ficou conhecido, era um rico proprietário que tornou-se chefe político na região, cujas terras estendiam-se na fronteira entre os estados de Pernambuco e Paraíba, com as propriedades Salgado, Alagamar, Campos, Amazonas e São José, estas duas últimas em terras pernambucanas. Nessas fazendas plantava-se o algodão e se praticava a criação de gado *vacum*. Na época, Odilon Maroja fazia melhoramentos genéticos em búfalos e outras raças como a famosa vaca leiteira “Hollandeza”<sup>30</sup>.

Assim, para além da riqueza e do prestígio de tais proprietários, entre eles é possível identificar de rede de amigos/proprietários/comerciantes que “movimentavam” a região com suas “fortunas”, fazendo circular riqueza com o negócio de gado e o trato com a terra.

---

<sup>26</sup> *Idem*.

<sup>27</sup> Zé Américo (1980, p. 222 registra “as sensíveis perdas em consequência da irregularidade do inverno” entre os anos de 1899 e 1901. Nesse tempo, períodos de estiagem intercalaram com as chuvas torrenciais de 1900). É provável que tenha havido nesses anos os famosos “repiquetes” pequenas manifestação de secas que não tomavam proporções alarmantes como fora a terrível seca de 1877. Porém, eram as secas recorrentes era um fator determinante que comprometiam o rebanho baixando o preço do gado.

<sup>28</sup> Cf. Joffily (1892, p. 144/145). Sobre a feira de Itabaiana, por exemplo, os registros de sua atividade remontam ao ano de 1892, feitos por Irineu Joffily quando circulou pela Borborema reunindo dados para publicação de sua “Notas sobre a Parahyba”. Nesse registro, Joffily “notou” a movimentação em torno da “feira de gado” situada “às margens do Rio Parahyba, onde” era “feita atualmente na cidade de Itabayanna, nas terças-feiras de cada semana”.

<sup>29</sup> Sobre a organização da Feira de Gado em Itabaiana a partir de 1864 ver Maia (2015, p. 148)

<sup>30</sup> Vide descrição de Mário Melo (2009, p. 12-13) sobre visita feita à Fazenda Modelo do Dr. Odilon Maroja no início do Séc. XX. O Dr. Odilon Maroja fora um dos personagens reais que aparecem na trama ficcional criada por José Lins do Rêgo na obra *Menino de Engenho* que fora ambientada na Itabaiana do início do Séc. o Dr. Odilon, como registrou a memória do menino Carlos de Melo, era um dos homens mais ricos da região, um dos proprietários amigos do seu avô, o Cel. Zé Paulino.

Tratava-se de um conjunto de amigos e proprietários que estavam ligados por laços de solidariedade mútuas, advindas, em partes, do conteúdo de suas transações comerciais. Esses elementos acabavam por dar ao grupo uma unidade e, portanto, força necessária para agirem politicamente distinguindo os “de dentro” e os “de fora”.

E, é nessa rede, que se espalhava por toda região que aparece-nos Antônio Pessoa, um dos proprietários amigos de Odilon Maroja. A amizade com o Dr. Odilon, partindo da relação com Antônio Pessoa, foi peça chave à composição do “rede de base familiar” que apoiou o epitacismo nos anos áureos de sua guinada na ação política local e regional a partir de 1912. Esse grupo, cuja importância reside na sua amplitude quanto à arregimentação de correligionários – posto que se vale de vários “grupos de base familiar”, aos quais está ligado por parentesco ou “amizade” política – forma uma unidade mais complexa, na medida em que apoia-se em numa estrutura de poder que extrapola o nível estadual, estendendo-se por vários níveis de governo. Revela-se, portanto, “ilimitadas”, ligando os níveis local, estadual e federal de governo num campo social comum. Como integrante dessa “rede de amigos”, Antônio Pessoa passou a aumentar seu prestígio, acumulando capital simbólico necessário a ampliação de seu poder e reconhecimento na região.

Em 1892, por exemplo, Antônio assume o cargo de Tenente Coronel Comandante do 122º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do Município do Recife. É provável que sua nomeação tenha se dado sob a influência do sogro – o velho Manuel de Assunção Santiago, influente político e advogado provisionado na região, além de ser padrinho de Eptácio – no trânsito entre a Paraíba e Pernambuco, do tio no Recife e do irmão no Rio de Janeiro. A nível local, contudo, a nomeação de Coronel, feita por decreto em 16 de Setembro de 1892, acabou por completar a transferência simbólica do lugar de prestígio e da tradição familiar que seu pai havia iniciado cerca de 30 anos antes.

O Coronel Antônio Pessoa, ou o “Cel. Pessoa” como era chamado<sup>31</sup>, passaria a ser (re)conhecido *de jure* e pela tradição familiar, concentrando sobre si o poder local projetando-se como autêntico chefe militar e político em Umbuzeiro e região. A partir desse momento, é de se supor que Antônio evoca, sem mencionar uma palavra, à imagem de seu pai: chefe de família, proprietário de terras, protetor do clã e chefe político local. Revisita o passado e, pela força da expressão, evoca o continuísmo de uma “tradição inventada”.

Prova disso é que por volta de 1901 o Cel. Pessoa foi convidado à assumir a chefia do Partido Republicano em Umbuzeiro substituindo o comando exercido pelo Cel. Sindulfo Calafange Calafate. O fato é digno de “nota” posto que muito provavelmente o convite representou, primeiramente, uma vitória de Antônio sobre seu inimigo declarado na região. Além disso, revestiu o coronel Pessoa de cabedal necessário à representação política que exerceria junto ao governo do estado.

Os relatos acerca do convite feito à Antônio remetem ao ano de 1901, quando Eptácio escreve ao irmão aconselhando que aceitasse a liderança política de Umbuzeiro<sup>32</sup>. Manuel Tavares Cavalcanti (1948) lembra que a ascensão de Antônio Pessoa à chefia do partido em Umbuzeiro se deu na medida que seu prestígio político vinha se apresentando positivamente nas eleições<sup>33</sup>. A partir desse momento, de modo mais efetivo, dentro do “grupo de base familiar”, Antônio passaria a ocupar lugar de destaque na organização da política local, no trânsito com o governo do estado, e, principalmente na arregimentação de correligionários na sua região de influência. Na ausência de Eptácio distante as questões política do estado, Antônio passa a se projetar como liderança de influência na política regional.

<sup>31</sup> Cunha Pedrosa abreviava “Cel. Pessoa” ao se referir à Antônio Pessoa, irmão de Eptácio, chefe político de Umbuzeiro. Ver... Minhas Próprias Memórias...

<sup>32</sup> De Eptácio para o Coronel Antônio Pessoa (Rio de Janeiro), 10 de novembro de 1901, ACAP/1.

<sup>33</sup> Cavalcanti (1950, p. 22).

Ocorre que, historicamente, salvaguardando as tentativas de acordos que se esboçou em 1900, o grupo à que Epiácio e o próprio Antônio estavam ligados desde 1889, liderado por Venâncio Neiva, fazia oposição ferrenha ao grupo oligárquico situacionista liderado por Álvaro Machado. É bem verdade que, como nos lembra Celso Mariz (1980), ao fim do governo de José Peregrino, começaram a juntar-se os agente de Álvaro e Venâncio, outrora alijados do poder. As razões desse “alistamento” decorreu da saída de Epiácio para assumir o cargo no Supremo Tribunal Federal em 1902 deixando a oposição na Paraíba sem o apoio do partido Autonomista, conforme veremos. O fato é que nessa época, o próprio Álvaro Machado saiu em campanha para cooptar antigos adversários com vistas à fortalecer as bases do Partido Republicano da Paraíba (PRP).

Um dos venancistas cooptado fora o próprio Cunha Pedrosa, de quem o testemunho nos indicia a chegada de Antônio ao partido. O que nos permite pensar que o caso de Antônio não figurou de forma isolada. Contudo, a novidade reside no fato de ter sido ele o primeiro representante da família a ocupar um lugar na estrutura de poder montada por Álvaro Machado.

A prova dessa relação é atestada pelo próprio Pedrosa quando este aderiu ao governo em 1902. A partir dessa data, relembra Pedrosa, “o Cel. Pessoa me incumbiu de representá-lo junto aos poderes do Estado e, dali em diante, tudo quanto ele queria para Umbuzeiro era obtido por meu intermédio e eu o representava em todos os assuntos políticos de que se tratasse nas comissões executivas ou nas convenções do Partido<sup>34</sup>”. Cabe lembrar que Pedro da Cunha Pedrosa, nesse contexto, assistiu a uma rápida guinada em sua carreira política, eleito Deputado Estadual, redator chefe do Jornal Oficial A União e Secretário Geral do Estado. Este último cargo, aliás, era reconhecido pelo próprio Pedrosa como um “posto de destaque e de relevo no Estado, e, conseqüentemente, não era de ser recusado por quem quisesse fazer carreira política<sup>35</sup>”. Entre as esferas, municipal e o estadual, o Secretário Geral tinha importante papel no jogo de interesses do grupo político situacionista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS...

A chegada de Antônio Pessoa junto a cena política a partir de 1901, ocupando importante cargo na configuração da política local, fora essencial a guinada de Epiácio ao poder político na Paraíba a partir de 1912. Ocorre que, como líder político local e chefe do Partido Republicano de Umbuzeiro, Antônio passou a ocupar uma posição privilegiada dentro dessa estrutura de poder, posto que lhe revestiu de poderes necessários à atuação como chefe político de Umbuzeiro, projetando-o como liderança estadual ao assumir o Cargo de Deputado a partir de 1908, além de torna-lo representante dos interesses políticos da família no estado, na medida em que Epiácio fazia carreira pública no Rio de Janeiro.

Tal leitura nos permitindo afirmar que quando Epiácio começa a reaparecer na Paraíba como chefe oligarca encontrou no irmão, o chefe político de Umbuzeiro, um aliado que, em sua ausência, havia aumentado o capital político por meio de um conjunto de aliados espalhados por toda Paraíba. Sua indicação como primeiro vice presidente de Castro pinto na eleição de 1912 é prova da importância do líder local na estrutura política montada por Epiácio na Paraíba. Por fim, sua administração como governador da Paraíba entre 1915 e 1916 indica o lugar que Antônio passou a ocupar junto da estrutura de poder montada pro Epiácio para comandar a Paraíba.

---

<sup>34</sup> Cf. Pedrosa (1963, p. 173).

<sup>35</sup> Ver nas “memórias” de Pedro da Cunha Pedrosa (1963, p. 78).